

Os deputados estaduais recusariam o aumento?

Os deputados estaduais correm o risco de sofrerem uma discriminação: serem transformados em parlamentares de primeira e segunda classe, dependendo de sua disposição de receberem ou não o aumento que está sendo preparado em projeto de lei complementar pela Mesa da Assembléia Legislativa. É voz corrente no Palácio 9 de Julho que o presidente Tonico Ramos (PMDB) teria comentado, em recente visita do ex-governador Paulo Maluf ao Legislativo, que o aumento seria "optativo", ou seja: "Quem quiser, leva, quem não quiser, pode deixar o aumento no caixa".

Tonico Ramos nega que haja um projeto pronto. "O que há são estudos, porque os vencimentos dos deputados paulistas são incompatíveis até mesmo para cobrirem suas necessidades mínimas." O presidente explica que a maioria dos parlamentares mora no In-

terior e cita até exemplos de alguns que, "se tivessem que ir de avião para suas cidades toda semana, não receberiam sequer para o seu sustento pessoal, já que hoje um deputado ganha um salário bruto em torno de NCz\$ 7.000,00, mas com os descontos de Imposto de Renda e Previdência lhe sobra um líquido de aproximadamente NCz\$ 4.500,00". O presidente da Assembléia diz que esses estudos são morosos "porque há que se analisar a adoção da medida à luz da nova legislação e especialmente do novo texto constitucional".

Mas uma rápida pesquisa entre os parlamentares com relação ao aumento de seus vencimentos leva à conclusão de que bem poucos estarão dispostos a permanecer na condição de "segunda classe". Entre os deputados — que admitem mesmo a possibilidade de uma revisão nos salários do fun-

cionalismo e o aumento deles acompanhar essa revisão, como estabelece a legislação atual votada por eles próprios — o lamento é geral. Rubens Lara, Waldir Trigo, Tonca Falsetti (PSDB) e Alcides Bianchi (PT), enquanto faziam obstrução a uma matéria em votação no plenário, comentavam ontem à tarde as dificuldades de um deputado em trabalhar com um salário líquido de NCz\$ 4.500,00. "Se eu tivesse que viver com esse salário, tinha que ficar apenas na minha cidade", observava Trigo, que é médico. Argumentos semelhantes eram apresentados pelos demais. Só que todos concordaram num outro ponto: "Promover um aumento dos nossos vencimentos num ano eleitoral, será altamente prejudicial aos nossos partidos e aos nossos candidatos".

João Sampaio